

A PASTORAL DAS ALMAS E O GOVERNO POLÍTICO DOS HOMENS

Leandro Menezes*

RESUMEN

Os estudos de Foucault sobre governamentalidade nos levam ao seu projeto, voltado às reflexões e caminhos possíveis para uma genealogia das práticas de governo no Ocidente. Encontrando suas matrizes: no governo de si, na modificação da economia familiar para uma economia política e na emergência do poder sobre a vida. Este trabalho propõe empreender uma análise deste projeto inicial, sobretudo no que diz respeito à inserção do poder pastoral no âmbito político.

Palavras chave: Foucault- biopolítica- poder pastoral-vida-governamentalidade

* Licenciado em História pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás, especialista em História Cultural e Educação pela mesma instituição, bacharel em Filosofia pela Universidade Federal de Goiás. Atualmente é mestrando em História - área de concentração Culturas, Fronteiras e Identidades (UFG/Capes). E-mail: leandromenezes7@hotmail.com

Durante o curso ministrado no Collège de France em 1978, Foucault percorreu sua filosofia por um conceito inventivo, um neologismo, o qual definiu a noção de *governamentalidade*. Antes de elucidar os traços históricos e filosóficos dessa aplicação conceitual, foi necessário que explicitasse seu entendimento sobre a noção de governo, do que é governar. Recorrendo aos dicionários históricos de língua francesa, Foucault percebe que durante os séculos XIII, XIV e XV a terminologia se relacionava ao sentido material, físico e espacial. Governar significava dirigir alguém, seguir algum caminho. Percebemos então, que a palavra *governo* não atingia profundamente um sentido político, seu estatuto semântico se apresentava extensamente plural, poliédrico. Nesse cenário, notamos que aquilo que é governado não é um Estado, nem um território ou mesmo uma estrutura política. O que se toma por objeto de governo são as pessoas, as coletividades, os indivíduos. Desse modo, sua primeira inferência é que toda ordem de governo da vida, dos indivíduos na modernidade, possui origem nas formas de poder pastoral, em especial os do oriente e mais tarde do cristianismo¹.

Michel Foucault, na medida em que assumiu o pressuposto do modelo gestor da população na política como sendo de origem pastoral, passa a se questionar e buscar alternativas eficientes que demonstrem como a pastoral das almas se insere historicamente no governo político dos homens, destacando de que modo há uma redistribuição de forças, poderes, que sancionam esse processo.

Sua hipótese é que esse momento se inicia de forma clara a partir das revoltas pastorais do século XV, das insurreições de conduta. Um dos exemplos mais evidentes está representado na reforma protestante. Contudo, encontramos outros modelos de contra conduta como na revolução inglesa do século XVII, de forma que o eixo de luta dessa revolução se moveu em torno de organizações e comunidades religiosas. Tal como afirma George Trevelyan² sobre a modificação do discurso religioso e político a partir da Revolução Inglesa:

“O acordo de 1689 foi, em sua essência, a vitória sobre o fanatismo político e religioso. Naquela época a religião era o principal motivo político e após a revolução, envolveu primeiro a Inglaterra e depois, durante algum tempo, toda a Europa, num grande movimento voltado ao latitudinarismo. [...] Durante esta abençoada trégua entre a Revolução Inglesa e a Revolução Francesa os ingleses apreenderam, com o passar dos anos tranquilos a difícil arte de um deixar o outro viver sozinho e em paz. E o rei e seus súditos, os governantes e os

¹ FOUCAULT, M., *Segurança, território, população*, Martins Fontes, São Paulo, 2008, pp.155-181.

² Historiador inglês contemporâneo. Especialista em história britânica, política e moderna.

governados, também aprenderam a sujeitarem-se à lei, na mais jurídica de todas as épocas”³.

Durante esse período transitório do século XV ao XVII, essa estrutura social européia se situou em um clima de resistências, revoltas, insurreições de conduta frente ao modelo oficial de governo das almas. Dois desses grandes modelos de resistência são encontrados na reorganização da pastoral religiosa, isto é, nas comunidades protestantes e na contra-reforma. O que é importante perceber é que, até então, a resistência não se efetua propriamente e contrariamente ao modelo pastoral, mas há uma modificação, a partir do XVI, na maciça e global função pastoral da Igreja sobre o Estado.

Esses movimentos promovem uma intensificação do pastorado religioso. Contudo o pastorado passa a ser intervencionista, exerce influência como nunca antes na vida cotidiana, na vida material, por exemplo: em relação à higiene e educação das crianças como forma de preparação moral. Também, neste mesmo século, vemos formar-se um novo gênero de condução dos homens, de pastorado, além dos limites eclesiásticos, havendo uma assistência familiar e governamental preocupada com a condução de si, dos filhos, da família, do Estado, etc. Dessa forma, há uma pluralidade, uma multiplicação das técnicas de conduta. Nas palavras de Michel Foucault: “Com o século XVI, entramos na era das condutas, na era das direções, na era dos governos”⁴.

O poder soberano, nesse momento, deve se encarregar com novas tarefas, atividades específicas no governo dos homens, daquilo que mais tarde se confirmaria como o governo das populações. Com que forma de racionalidade deve então operar o governo do soberano? A partir do pensamento escolástico, especialmente em Tomás de Aquino, não é obrigação do soberano somente reinar, mas governar o povo em vista do bem comum; é necessário que o homem – na medida em que vive socialmente – seja governado por alguém. Em seus escritos políticos afirma que:

“(…) em todas as coisas ordenadas a algum fim, em que se possa proceder de um modo ou doutro, é mister haver algum dirigente, pelo qual se atinja diretamente o devido fim. Com efeito, um navio, que se move para diversos lados pelo impulso dos ventos contrários, não chegaria ao fim de destino, se por indústria do piloto não fora dirigido ao porto; ora, tem o homem um fim, para o qual se ordenam toda a sua vida e ação, porquanto age pelo intelecto, que opera manifestamente em vista do fim. Acontece, porém, agirem os homens de modos diversos em vista do fim, o que a própria diversidade dos esforços e ações humanos patenteia. Portanto, precisa o homem de um dirigente para o fim”⁵.

³ TREVELYAN, George McCaulay, *A Revolução Inglesa*, Trad. de Leda Bozacian. Brasília, Editora UnB, 1982, p.114.

⁴ FOUCAULT, Michel, *Segurança, território, população*. Trad. de Eduardo Brandão. São Paulo, Martins Fontes, 2008, p.309.

⁵ AQUINO, Tomás de, *Escritos Políticos*, Trad. de Francisco Benjamin de Souza Neto. Petrópolis, RJ, Editora Vozes, 1997, p.126.

Por outro lado, essa nova racionalidade de governo não se relaciona com esse modelo de Santo Tomás, porque a finalidade do bom governo, nessa nova óptica, do Estado bem gerido, não é outro senão ele mesmo, o próprio Estado. Na posição escolástica, o governo do soberano é o veículo, a reprodução do governo de Deus na terra. Nesse sentido, Michel Foucault, ao interpretar a perspectiva de Tomás de Aquino sobre o governo do soberano argumenta que:

“Não há nada no mundo, diz são Tomás, em todo caso não há nenhum animal vivo cujo corpo não estaria imediatamente exposto à perda, à dissociação, à decomposição, se não houvesse nele certa força diretriz, certa força vital que mantém juntos esses diferentes elementos de que são compostos os corpos vivos e que organiza todos eles em função do bem comum. Se não houvesse uma força viva, o estômago iria para um lado, as pernas para outro, etc. O mesmo se dá num reino. Cada indivíduo num reino tenderia ao seu próprio bem, porque precisamente tender ao seu próprio bem é uma das características, um dos traços essenciais do homem. Cada um tenderia a seu bem próprio e, por conseguinte, negligenciaria o bem comum. É necessário portanto que haja no reino algo que corresponda ao que é a força vital, a força diretriz do organismo, e esse algo que vai dirigir as tendências de cada um ao seu próprio bem no sentido do bem comum vai ser o rei”⁶.

Essa reflexão analítica de Foucault se desenvolve para diferenciar o modo como o poder pastoral, em relação à noção de governo, muda de direção a partir do século XVI, identificado na negação dessa ordem, dessa concepção de diretriz apresentada por Tomás de Aquino. Isto é, o rei como força vital de um dado organismo. Esse governo dos homens pelo rei que se fragmenta no século XVI. Até então, havia uma crença – mesmo nos discursos que visavam algum tipo de ciência – na noção de que Deus rege o mundo por leis gerais, imutáveis, universais, prontas e que cabe ao homem o papel de decodificar as respostas que já estão dispostas na natureza.

Podemos conjecturar, por exemplo, as teorias de Copérnico e Galileu nesse cenário. É exatamente esse olhar que é rompido, segundo Foucault. Uma ciência, um governo, que é regido por uma vontade divina, por uma disposição linear, imutável, não é efetivamente pastoral. Esse Deus não é pastoral, na medida em que ele não é gestor de nada. Simplesmente dispõe elementos na natureza, sendo do homem o papel de executar e descobrir. Esse modelo de Deus não governa, pelo menos não no modo pastoral, dado que ele reina o mundo a partir de princípios fundadores.

Os modelos das causas finais, de uma natureza inteligível, vão gradualmente desaparecendo do cenário epistemológico, ocorrendo aquilo que Michel Foucault preferiu chamar de *desgovernamentalização do cosmo*⁷. Por isso, a partir do XVI, o exercício

⁶ FOUCAULT, op.cit., p.312.

⁷ Conceito anunciado na aula de 8 de março do ano de 1978 no Collège de France.

político do soberano não mais é o de representar a atividade divina, a soberania divina, mas de emergir um governo para o povo com especificidades para as necessidades de seus súditos. É justamente em decorrência desse processo que notamos uma nova problematização governamental no final deste século, que é a preocupação com a coisa pública. O governo passa a ser mais que soberania, torna-se também algo diferente do simples pastorado, é algo que não tem essência, não tem modelo, ele deve ser buscado, e é isso que a partir de então passa a ser chamado de *arte de governar*.

Qual a diferença da arte de governar em relação aos demais, e anteriores, modelos de governo? A razão de Estado, a racionalidade do soberano, até esse período, girava em torno de uma espécie de princípio natural, de uma ordem divina, um encaminhamento disposto na natureza e que precisava ser descoberto. Michel Foucault identifica esses modelos como contrários ao projeto de uma governamentalidade, mais especificamente, chama de *agovernamentalidade* as formas de governo que estão assentadas nos princípios divinos e da natureza. Essa transição aqui esclarecida perpassa dois pólos de efeito sobre o Estado: 1 – *a agovernamentalidade da natureza*. 2 – *a governamentalidade do Estado*. O que devemos pensar agora é esta segunda via que é a operante a partir do século XVI e que se torna possível a partir das artes de governar, isto é, focar nas condições que consolidaram a governamentalização do Estado.

Notamos, em diversas referências de Michel Foucault, seu projeto de construir uma análise fundada em uma história da governamentalidade. Essa sua produção intelectual ganhou vida a partir do curso *Segurança, território e população*, ministrado entre os anos de 1977 e 1978, especificamente na aula de primeiro de fevereiro do ano de 1978. Essa aula acabou gerando um artigo publicado inicialmente e originalmente na Itália com o título *La Governamentalité* e o último capítulo do volume *Microfísica do poder*. As indicações desse campo temático se apresentam em algumas entrevistas de Foucault ao longo dos anos 70 e nos cursos *Em defesa da sociedade* e *Nascimento da biopolítica*.

No início dos anos 80 esse objetivo de análise inverte sua ordem, ou seja, se antes Foucault estava essencialmente preocupado com o problema do governo na modernidade, a constituição dos poderes disciplinares, do liberalismo, da biopolítica e das artes de governar. Em sua última fase de produção passa a se questionar sobre os elementos que constituíram a genealogia da arte de governar, isto é, encaminha suas pesquisas em torno da matriz do poder pastoral, sobretudo nas formas de governo do fim do período medieval e o próprio conceito de *vida* entre os antigos, baseado em um entendimento da vida como obra de arte, uma estética da existência como força motora de resistência. Este estudo visa dar conta do início de todo esse empreendimento pontual de Michel Foucault.

Analisando as diversas formas de apresentação dos dispositivos de segurança ao longo da história, podemos compreender o problema específico e moderno da *população*, que conduziu à formação posterior daquilo que Foucault chamou por *arte de governar*. Desde a antiguidade clássica, mas também durante toda a Idade Média, existiram tratados que apresentavam hipóteses e imperativos sobre a melhor forma de governo para um soberano, um príncipe, dizendo respeito ao seu modo de se comportar, o exercício de suas potencialidades, de seu poder e sua relação com os súditos, sobretudo no âmbito do aceite e respeitabilidade.

De uma forma geral os pressupostos de governo eram deduzidos na ordem de uma aplicação das vontades de Deus que correspondia aos entendimentos políticos do soberano na cidade dos homens. Contudo, vemos aparecer já no início do século XVI até o final do XVIII uma série de tratados possuindo um novo conteúdo estrutural, não mais estabelecendo ditames de uma soberania do príncipe, nem mesmo uma ciência da política, mas uma *arte de governar*.

Michel Foucault entende por *artes de governo* o governo de si, que atua no campo da ética, o governo dos outros, que são as formas políticas da governamentalidade, a relação entre governo de si e dos outros, o poder pastoral como a confissão, o exercício do poder disciplinar, a polícia, a biopolítica, a razão de Estado e o liberalismo. Assim como ressalta Vera Portocarrero, a noção de biopoder só pode ser compreendida em sua mecânica, de forma geral, na medida em que antes de promover uma investigação sobre suas condições de possibilidade, devemos compreender a forma como o problema de governo, da governamentalidade, opera nas produções filosóficas de Foucault:

“A partir do momento em que Foucault cunha a noção de biopoder e tematiza diretamente a questão do Estado, a governamentalidade torna-se um conceito operatório para suas pesquisas sobre a gênese do Estado, realizada com base no estudo das práticas de gestão governamental, que objetivam a vida da população, para a qual a economia é o saber mais importante, e os dispositivos de segurança seus principais mecanismos”⁸.

Encontramos no século XVI um processo de superação da estrutura feudal, a instauração dos grandes Estados territoriais, coloniais, administrativos e uma nova forma de compreender o governo, o modo mais técnico de governar e ser governado. Para uma análise detida dessa problemática, Michel Foucault toma como ponto de partida *O príncipe*, de Maquiavel. Contemporaneamente à publicação da obra, os princípios propostos por Maquiavel foram aclamados pelos seus sucessores e intelectuais imediatos que problematizavam o mesmo campo temático, até o início do século XIX. É exatamente esse

⁸ PORTOCARRERO, Vera, *As ciências da vida (De Canguilhem a Foucault)*, Rio de Janeiro, Editora Fiocruz, 2009, nota 85, p.237.

o período que percebemos o desaparecimento de uma literatura ativa sobre a *arte de governar*.

Essa influência, das proposições de Maquiavel em torno da noção de soberania, tem vazão, por exemplo, no contexto da Revolução Francesa e em Napoleão no que se refere aos entendimentos da manutenção da soberania e do poder soberano sobre um Estado. Ou por exemplo, na hipótese de que a guerra é a política por outros meios. Inferência que exerce uma apresentação de idéia no campo da política e da estratégia, fundada em um tipo de reflexão que se apresentou pela primeira vez em Maquiavel, destacadamente na importância da política atribuída aos cálculos das relações de força. Carl Von Clausewitz foi sem dúvida um dos teóricos influenciados por essa perspectiva de Maquiavel e em seu livro *Da Guerra* afirmou que:

“(...) a guerra não pertence ao domínio das artes e das ciências, mas sim ao da existência social. Ela constitui um conflito de grandes interesses, solucionado através do sangue, e é só por isso que difere dos outros conflitos. Seria melhor compará-la, mais que a qualquer arte, ao comércio, que também é um conflito de interesses e de atividades humanas; assemelha-se mais ainda à política, a qual, por sua vez, pode ser considerada, pelo menos em parte, como uma espécie de comércio em grande escala”⁹.

Em outra linha, mas sob essa influência, identificamos seu uso no cenário político da Itália e Alemanha, em decorrência de Maquiavel, nos seus textos, explicitar e definir propostas para a unificação territorial. Também há o legado em certa construção de uma base na racionalização política presente nas relações internacionais, tal como encontramos no Congresso de Viena, em 1815, no que diz respeito às evidências que passam a determinar as guerras a partir de então. Assim como afirma Lewis Bernard Seaman¹⁰:

“Finalmente, porém, as guerras não são causadas ou evidenciadas por tratados, mas por políticas. O que evitou uma guerra maior até 1853 foi a determinação das grandes potências de que não deveria haver tal guerra: uma determinação facilitada pelo fato de que o acordo de Viena não envolveu injustiças maiores para qualquer uma delas, nem mesmo para as derrotadas”¹¹.

Contudo, já no final do século XVI é possível encontrar textos com uma conotação anti-Maquiavel. Essas produções não visavam somente o viés da censura, da recusa. A principal crítica que encontramos na análise da obra *O Príncipe* associa a concepção de que o príncipe tem um estabelecimento de exterioridade em relação a sua própria geografia, ao seu espaço, ao principado, dado que o príncipe o recebe por herança, de forma que essa

⁹ CLAUSEWITZ, Carl von. *Da Guerra*, Trad. de Maria Teresa Ramos. São Paulo, Editora Martins Fontes, 2003, p.127.

¹⁰ Historiador da Universidade de Londres, especialista em política moderna.

¹¹ SEAMAN, L. C. B., *Do Congresso de Viena ao Tratado de Versalhes*, Trad. Marília Zanello. São Paulo, Editora Atlas, 1977, p.16.

relação o torna artificial aos laços que o une ao principado, principalmente em vista do fato que seu poder é exercido por tradição, pela violência, laços sanguíneos e assim não há uma ligação efetiva e processual entre o príncipe e o principado. Por isso, a força de sustentação desse poder torna-se fragilizada e ameaçada por aqueles que se situam como inimigos do príncipe, que em alguma medida desejam conquistar seu principado. As formas, pelas quais o príncipe deduz sua força e produz imperativos de governo do seu principado, são tênues entre sua derrocada e a reverberação social de seu discurso e prática. Esse é exatamente o objetivo da obra de Maquiavel para pensar o governo do Príncipe, isto é, o campo sutil e fundamental entre o príncipe, seu principado, o território e os súditos.

A análise de Maquiavel é deduzida sob duas vias: na delimitação dos riscos que atingem a soberania do príncipe e no desenvolvimento da arte de manipular forças para que seu principado esteja protegido, sobretudo nos domínios de um governo dos súditos e da territorialidade. O *Príncipe* de Maquiavel é uma obra estruturalmente preocupada com os elementos que habilitariam a formação de um tratado para que o principado seja conservado pelo príncipe. Podemos tomar como apoio este trecho da obra para articular reflexões sobre os discursos anti-Maquiavel:

“Quando se conquista um Estado acostumado a viver em liberdade, e sob suas próprias leis, há três modos de mantê-lo: o primeiro consiste em arruiná-lo; o segundo, em ir nele residir; o terceiro, em permitir-lhe continuar vivendo com suas próprias leis, impondo-lhes um tributo, e instituindo um governo composto de umas poucas pessoas do lugar, que sejam amigas. Como tal governo, criado pelo soberano, sabe que não poderá existir sem sua amizade e proteção, fará tudo ao seu alcance para mantê-las. Mais ainda: a cidade habituada à liberdade pode ser dominada mais facilmente por meio dos seus cidadãos do que de qualquer outra forma, desde que se queira preservá-la”¹².

Essa citação encontra-se no capítulo V de *O Príncipe* quando o filósofo se dedica a pensar sobre o modo adequado de governar os Estados já estabelecidos por suas leis, mas recém conquistados. Notamos indicações de uma perspectiva de dominação política sustentada e voltada ao bem do soberano. Não há interesse, ou pelo menos não há prioridade, de um governo voltado aos súditos.

Guillaume de La Perrière, um dos teóricos precursores da literatura anti-Maquiavel, aponta que a arte de governar envolve campos externos ao mero magistrado. O governante é aquele que governa uma casa, almas, vidas, crianças, uma ordem religiosa, uma família, etc. Por essa crítica, o autor argumenta que o príncipe de Maquiavel é aquele possuidor de uma transcendência, de uma posição de exterioridade. Enquanto para La Perrière o entendimento de governante se aplica de múltiplas formas, dado que um pai de família, o pedagogo, o superior de um convento, o professor em relação ao seu orientando. Todos

¹²MAQUIAVEL, Nicolau, *A Arte da Guerra. A vida de Castruccio Castracani. Belfagor, o Arquidiabo. O Príncipe*, Trad. de Sérgio Bath. Brasília, Editora UnB, 1982. 2ª edição, p.83.

estes governam. Nesse sentido, a modalidade governamental do príncipe é somente mais uma, dentre vários modos de governar. Por outro lado, todos esses níveis de governo estão em uma dada sociedade, dentro de um Estado. Segundo este teórico, a singularidade vislumbrada por Maquiavel opõe-se totalmente à noção própria de governo, não deduzindo assim a presença de um *governo dos outros*.

Trata-se então de pensar um modo de governo que dê conta das outras internalidades governamentais que operam no Estado. Exatamente esse é o objetivo de La Mothe Le Vayer, o de construir uma tipologia das diferentes formas de governo, definindo essencialmente três formas de governo: aquele ocupado com o campo ético, o governo das famílias (economia) e a política como uma ciência de bem governar o Estado. O poder do príncipe apontaria assim a uma descontinuidade entre as outras formas de governo, noutro sentido as artes de governar estabeleceriam as redes que conduziriam o entrelaçamento de todos os governos que operam dentro do Estado.

Em La Mothe Le Vayer, nas teorias da arte de governar, haveria uma continuidade ascendente e descendente, a primeira ocupada com a sapiência para se governar, seus bens, sua família, seu patrimônio e descendente na medida em que o Estado quando bem governado, os demais governos internos são conservados da melhor forma. O saber técnico do governante geraria um bom governo ascendente. E esse bom governo influenciaria politicamente e moralmente para que os súditos também se governassem de modo à se espelhar no príncipe.

Essa segunda modalidade exercida por contenção pelo Estado começa a ser chamada de polícia. Nessa medida, a pedagogia do príncipe deveria assegurar um governo ascendente, a polícia o descendente e em um terceiro caminho a economia (governo das famílias) deveria cumprir um papel intermediário, central. Por esse passo a pergunta que aparece é: Como introduzir o domínio do governo da família ao nível da gestão de um Estado?

Foucault pinça o artigo *Discurso sobre a economia política* de Rousseau, para explicitar essa questão, elucidando que nesse material há indicações de que o conceito *economia* refere-se às funções domésticas, de subsistência da família, construções internas que visam o seu bem. Em suas palavras os significantes de *economia* cumprem dois referentes:

“(…) tendo significado originariamente o sábio e legítimo governo da casa voltado para o bem comum de toda a família. Posteriormente, esse termo teve seu significado estendido ao governo da grande família que é o Estado. Para

melhor distinguir as duas concepções, a essa última chama-se *economia geral* ou *política* e à primeira *economia doméstica* ou *particular*¹³.

Vemos, então, que a problemática apontada por Foucault também aparece em Rousseau. Importa entender como o governo do Estado irá articular essa economia, dar novo sentido, isto é, estruturando um cuidado com as riquezas, os comportamentos individuais, coletivos, formas de vigilâncias em relação aos habitantes. Certamente esse é o momento histórico em que a população emerge como um problema específico de governo.

A palavra *economia*, dessa forma, já no século XVIII, começa a ganhar uma forma moderna, dado que até o XVI ela designava uma forma de governo de si, passando posteriormente ao entendimento de um campo de intervenção governamental, havendo um novo empreendimento para as relações de governar e ser governado.

Guillaume de La Perrière em seus textos faz alusão à necessidade de um governo das *coisas*. Podemos tomar o sentido da palavra *coisa* para justificar essa nova arte de governar. No *Príncipe* de Maquiavel, percebemos a disposição das ferramentas de poder arraigadas pelo território e seus habitantes, por isso seu princípio é um retorno jurídico existente durante a Idade Média acerca da soberania no direito público assentado no poder sobre a terra e não sobre as forças produtivas. Em La Perrière a lógica é inversa, dado que o território não é a centralidade do governo, são na verdade as *coisas*, ou seja, o conjunto dos homens e sua relação com as coisas, costumes, hábitos, ou mesmo as doenças, acidentes, fome, epidemia, a morte, entre outros.

Para evidenciar essa idéia, Foucault utiliza como referencial a metáfora do que significa governar um navio, isto é, em construir um aparato de atenção sobre os marinheiros, a carga, os ventos, recifes, às tempestades, todas as questões internas do navio – as *coisas* – e as intempéries externas. O mesmo vale se pensarmos em um governo da casa, ou seja, o mais relevante não é essencialmente a proteção estrutural da casa, mas muito antes, o cuidado com as pessoas que compõem a família, suas riquezas, atenção aos acontecimentos como morte, doença, nascimento, vinculações com outras famílias, alianças, estabelecendo dessa forma uma gestão geral de governo. Por essa perspectiva podemos inferir que as preocupações com o território são meramente secundárias, dado que o objetivo central do governo deve ser as *coisas*.

Foucault ressalta Frederico II, que em uma postura anti-Maquiavel, argumenta favoravelmente ao governo das coisas:

“Frederico II, em seu *Anti-Maquiavel*, escreveu passagens significativas. Diz por exemplo: comparemos a Holanda e a Rússia; a Rússia pode até ser o país de

¹³ ROUSSEAU, Jean-Jacques, *Discurso sobre a economia política e do contrato social*, Trad. de Maria Constança Peres Pissarra. Petropolis, Editora Vozes, 1995, p.21.

maior extensão em relação aos outros Estados europeus, mas é composta por pântanos, florestas, desertos, é povoada apenas por um bando de miseráveis, sem atividade nem indústria; a Holanda, que é pequeníssima e constituída de pântanos, possui ao contrário uma população, uma riqueza, uma atividade comercial e uma frota que fazem dela um país importante da Europa, o que é Rússia está apenas começando a ser. Portanto, governar é governar as coisas”¹⁴.

Nessa citação percebemos as diferenças da soberania clássica em relação à nova finalidade do governo. Nesse modelo, atestado no exemplo holandês, faz-se necessário ao soberano não o seu bem, mas o benefício do Estado. Aquilo que caracteriza então a soberania é o bem geral, o bem comum, seja num modelo rousseauiano que redefine o sentido de corpo social, de soberano, ou mesmo nas visões tradicionais. O bem, em parte, é situado na obediência às leis e isso não se opõe à perspectiva de Maquiavel, por estruturar o príncipe no objetivo de manter seu principado.

O governo passa a ser definido como o modo mais adequado de dispor as *coisas*, dentro de um domínio com objetivo adequado a cada um dos elementos a governar. Um papel então de produzir riquezas ao máximo, possibilitar aos habitantes meios de subsistência, gerir a vida da população para que ela possa se multiplicar e conseqüentemente aumentar seu efeito produtivo. Nesse momento histórico o papel do soberano não é o de imposição das leis, mas de fazê-la valer por vários meios, com finalidades que possam ser atingidas. A lei deixa então de ser o objetivo último e primordial do governo. Vislumbramos aqui a premissa para uma sociedade da norma que visa atingir os fins do governo.

Todos esses argumentos apresentados são defendidos por La Perrière, considerando também que o bom governante é aquele que possui os atributos da paciência, soberania e diligência. Paciência no sentido de demonstrar sua força sem formas punitivas diretas, ou seja, no lugar de um direito de matar, o que deve prevalecer é o direito de fazer valer sua força. A soberania não mais sendo entendida pela tradição, nem por elementos da justiça ou divinos, mas pelo domínio e conhecimento das *coisas*. Diligência no âmbito de governar como se estivesse a serviço dos governados. Assim como aponta Foucault sobre a elucidação de La Perrière:

“E La Perrière se refere mais uma vez ao exemplo do pai de família, que é o que se levanta antes das outras pessoas da casa, que se deita depois dos outros, que pensa em tudo, que cuida de tudo, pois se considera a serviço da casa. Vê-se como esta caracterização do governo é diferente da caracterização do príncipe que se encontra ou que se pensava encontrar em Maquiavel”¹⁵.

¹⁴ FOUCAULT, Michel, *Microfísica do poder*, Trad. de Roberto Machado. São Paulo, Edições Graal, 2007, p.283.

¹⁵ *Ibíd.*, p.285.

Essa apresentação indiciária da teoria da arte de governar, não reverberou somente entre os teóricos e filósofos políticos, situou efetivamente nas relações sociais, dada pela notável mudança a partir do século XVI, na Europa como um todo, dos aparelhos administrativos de governo, o conhecimento do Estado, dimensões e fatores de força, que mais tarde se reafirmou na estatística, ou seja, em uma ciência de Estado que foi consolidada com o advento do mercantilismo. No volume *Vocabulário de Foucault*, produzido por Edgardo Castro, encontramos apontamentos que confirmam a hipótese do mercantilismo como uma racionalização, como uma prática primeira, mas também vetor bloqueado daquilo que configuraria a governamentalidade:

“O mercantilismo foi a primeira forma de um saber constituído para ser utilizado como tática de governo. O desenvolvimento dessa primeira forma foi bloqueado fundamentalmente, por cauda da preocupação em conjugar essa arte de governar com a teoria da soberania e com a teoria do contrato. No entanto, certo número de circunstâncias, no século XVII, determina a reativação do gênero ‘artes de governar’: a expansão demográfica, a abundância monetária, o aumento da produção agrícola ou, para ser mais preciso, o recentramento da economia não sobre a família, mas sobre a população”¹⁶.

Percebemos então uma cristalização, entre os séculos XVI-XVII, da arte de governar, ao haver uma organização em torno da razão de Estado. Michel Foucault, quando fala nesse momento em razão de Estado, está especificamente atento aos efeitos positivos dessa razão, com o Estado que é governado segundo regras racionais, sem dedução de leis naturais, sagradas, dado que um Estado *natural* ou divino obedece a uma racionalidade própria. A arte de governo aborta os princípios transcendentais, cosmológicos e ocupa-se com a realidade específica do Estado. Essas antigas concepções que entendiam o governo do Estado por uma fluidez natural, dotado de uma racionalidade própria, foi um contra-aliado para o desenvolvimento da arte de governo até o século XVIII.

Michel Foucault, sempre se ateu à importância das obras de Maquiavel em relação a esses campos temáticos, tentando compreender em que medida este filósofo vincula-se ou não à ordem genealógica das artes de governar. Defende que não podemos encontrar em Maquiavel, ou melhor, em suas obras, o objetivo que vemos funcionar nos séculos XVI-XVII sobre o governo, dado que a problemática, a finalidade do *Príncipe* é muito mais sobre indicações da conservação do soberano que do Estado em si. A preocupação em Maquiavel, não é essencialmente a de salvaguardar o Estado, mas a relação do príncipe com aquilo que exerce dominação. Trata-se de salvar o principado na relação de poder do soberano com o território e a população.

¹⁶ CASTRO, Edgardo. *Vocabulário de Foucault – Um percurso pelos seus temas, conceitos e autores*, Trad. de Ingrid Muller Xavier; revisão técnica Alfredo Veiga Neto e Walter Omar Kohan. Belo Horizonte, Editora Autêntica, 2009, p.192.

Dessa forma, entendemos que em Michel Foucault não existe a defesa de uma arte de governar na filosofia de Maquiavel. Notamos em convergência com essa posição que os discursos anti-Maquiavel, citados anteriormente, são datados justamente no período de produção de conhecimento das artes de governar. Contudo, Maquiavel é central nesse debate, sobretudo porque não foi inteiramente rechaçado. Tal como afirma Michel Foucault sobre o filósofo de *O Príncipe*: “Não foi ele que definiu a arte de governar, mas é através do que ele disse que se vai buscar o que é a arte de governar”¹⁷. A recusa de Maquiavel, segundo Michel Foucault, existiu em dois níveis: daqueles que criticavam a razão de Estado, argumentando que esse modelo nada mais era que a retratação daquilo que foi edificado pelo próprio Maquiavel e o segundo dos partidários da razão de Estado, que alegavam distância do modelo apresentado pelo filósofo, no campo de um governo de pessoas, para sustentar a racionalidade do Estado. Para este último caso de crítica, há o reconhecimento de suas contribuições em torno das reflexões sobre as necessidades e relações dos que governam e são governados, em que Maquiavel exerceu sim relativa influência.

Não percebemos, nessa medida, no ocidente do final do século XVI e início do XVII uma política na forma de domínio, nem como objeto, como vocação ou profissão, mas a política como uma forma de programar e pensar especificidades do governo na prática, no exercício da soberania. Na contramão dos discursos teológicos, os políticos passam a pensar o Estado a partir de uma racionalidade própria, sem um fundamento de soberania jurídico-teológica. A nova questão que se coloca é de saber como e sob que forma o Estado passou a ser projetado no interior de uma prática de gestão consciente de pessoas, ou melhor, como ele foi efetivamente objeto político fundamental para uma história da governamentalidade, enquanto prática de poder. Devemos inicialmente pensar o papel dessa sociedade civil, da sociedade governamentalizada constituída, a partir do século XVI, entendendo o Estado como um instrumento, um meio para o governo.

Verificamos então, a formação na Europa, entre o fim do século XVI e início do XVII, de uma razão de Estado. Período em que se governa a coisa pública, a internalidade desse Estado. A palavra *Estado* aqui deve ser entendida como uma forma de domínio, uma condição de vida, a qualidade de algo que se põe em movimento, assim sendo, nesse momento o termo se desliga de sua origem etimológica associada a noção de algo estático, imóvel. A razão de Estado é uma produção de saberes que se volta ao próprio Estado e não outra coisa seja ela de ordem natural, leis sagradas, influências divinas, ou qualquer noção do gênero. Nas palavras de Michel Foucault: “A *razão de Estado* é a própria essência do Estado, e é igualmente o conhecimento que possibilita, de certo modo, acompanhar a

¹⁷ *Segurança, território, população*, ed. cit, 2008, p.325.

*trama dessa razão de Estado e obedecer a ela. É portanto uma arte, com seu lado prático e seu lado de conhecimento*¹⁸.

As teorias de governo presentes nas obras de São Tomás, por exemplo, se referiam ao fim extraterreno, ao nível extra-estatal, ao caminho externo à lógica do Estado, das vivências mundanas. Noutra sentença, essa arte de governar edificada a partir do XVII, faz exatamente a tarefa inversa, dado que o objetivo do Estado é o próprio Estado. Até então, o governo de um principado, a política, a legitimidade da ação de governar, era dada por uma relação histórica de origem. Portanto, nesse novo cenário, governa aquele que tem méritos para isso e os governantes não são encontrados no fundamento de uma herança divina, de uma dinastia que justifique seu posto de poder. Essa arte de governar moderna e a razão de Estado não propõem mais o problema de origem, ao contrário, se coloca o problema sobre a melhor forma de governar o Estado, as melhores estratégias e táticas. Não é necessário que os governantes sejam definidos por laços sanguíneos ou mesmo divinos, desta vez o objetivo é produzir a melhor estrutura e modelo de gestão, de governo, sobretudo porque a finalidade do Estado não mais é representar e proteger o príncipe ou um principado, mas ele mesmo.

A emergência desse processo permitiu, dentro das questões do Estado, o surgimento da noção de *população* associada à idéia de *progresso* e felicidade dos homens. A partir desse princípio, Michel Foucault, defende que a existência dos golpes de Estado, dentro dessa perspectiva de governo ou governamentalidade, era concebida, pelos defensores dessa arte de governar, como uma exceção ao Estado, mas ao mesmo tempo um sistema de proteção do Estado. É um elemento que excede o campo das leis, uma interrupção, uma suspensão, contudo não é um confisco, é na verdade uma automanifestação do próprio Estado, visando sua própria preservação¹⁹.

Outro problema que toma os estudos de Foucault, nesse ponto, é o problema da violência na natureza do golpe de Estado. O golpe de Estado, sob essa justificativa elucidada, existe para proteger o próprio Estado de uma espécie de cânceres sociais, assim sendo, é preciso em sua natureza ser violento e mortífero. Esse princípio é então contrário à lógica pastoral, de que para salvar um é necessário salvar todos. Podemos definir que esse entendimento da razão de Estado se justifica como uma pastoral da exclusão. Vemos aqui então dois modelos: o poder pastoral e a razão de Estado que assume o golpe de Estado como uma auto proteção. São perspectivas distintas, contudo funcionais para se constituir a genealogia da governamentalidade. Essa constituição se dá efetivamente ao final das guerras religiosas, tal como aponta Michel Foucault:

¹⁸ *Ibíd.*, p.344.

¹⁹ Curiosamente, essa mesma justificativa foi utilizada para dar vazão ao golpe de Estado militar brasileiro de 1964, em que a ação era construída a partir do pretexto da proteção do Estado, do país em relação aos ataques e intervenções comunistas.

“No século XVII, no fim das guerras religiosas – na época, precisamente, da Guerra dos Trinta Anos, desde os grandes tratados, desde a grande busca do equilíbrio europeu –, abre-se uma nova perspectiva histórica, perspectiva da governamentalidade indefinida, perspectiva da permanência dos Estados que não terão fim nem termo, aparece um conjunto de Estados descontínuos fadados a uma história que não tem esperança, porque não tem termo, Estados que se organizam segundo uma razão cuja lei não é a de uma legitimidade, legitimidade dinástica ou legitimidade religiosa, mas a de uma necessidade que ela deve enfrentar nos golpes que são sempre incertos, ainda que concertados. Estado, razão de Estado, necessidade, golpe de Estado ousado – é tudo isso que vai constituir o novo horizonte trágico da política e da história”²⁰.

A legitimidade do Estado passa então a ser confirmada pela gestão da população como objeto essencial. Visão contrária, por exemplo, à Maquiavel, em que a função do governo não era a proteção do Estado, muito menos da população, mas do príncipe e seu principado. Há então, a partir desse momento, a diminuição gradual da importância do príncipe no Estado, dado que governar passa a ser fundamentalmente governar o povo. A *ratio status*²¹ deve vir acompanhada de uma produção do pensamento político tático e estatístico:

“Etimologicamente, a estatística, é o conhecimento do Estado, o conhecimento das forças e dos recursos que caracterizam um Estado num momento dado. Por exemplo: conhecimento da população, medida da sua quantidade, medida da sua mortalidade, da sua natalidade, estimativa das diferentes categorias de indivíduos num Estado e da sua riqueza, estimativa das riquezas virtuais de que um Estado dispõe: minas, florestas, etc.”²².

A razão de Estado definiu, segundo Foucault, uma arte de governar que assume como referência e objetivo a população, contudo ainda de modo muito indiciário, indireto, implícito. Mas a partir do século XVII vemos uma transformação na ordem política, porque encontramos a formação de uma ciência política onde a elaboração do governo da população, das vidas, será proposta, de modo mais apurado, a partir de diversos mecanismos e tecnologias. Nessa óptica, o governante não mais deve ser um virtuoso para o povo, mas um técnico, um agente capaz de ação prática e calculada. Competente para promover a sua aceitabilidade frente à população que, por sua vez, legitimará o poder de quem governa. Poder esse que se fragmenta, a princípio, em duas vias na organização da razão de Estado: nas relações político-diplomáticas e na polícia.

Todo esse processo discursivo, produzido até o momento, visa apresentar o desenvolvimento, desde sua genealogia, de uma razão governamental, uma *ratio status* e uma arte de governar que ganha força fundamentalmente no século XVII. Período que é também caracterizado por um fenômeno de mudança da razão ocidental. Descartes e

²⁰ *Segurança, território, população*, ed. cit., p.355.

²¹ Razão de Estado.

²² FOUCAULT, op. cit., p. 365.

Galileu são exemplos desse cenário. Mas o que essencialmente muda, nesse momento, no modo de governar, na definição de quem irá governar? Agora a arte de governar para a política cumpre a função que a *máthesis* exerceu na ciência da natureza, isto é, há uma matematização do governo. A governamentalidade é a maneira de pensar, calcular e operar a política. O Estado é a idéia reguladora dessa forma de pensamento, dessa intervenção, do processo estatístico; ele comanda a razão governamental. Esta razão existe para dar inteligibilidade e integridade ao Estado. A nova composição para o Estado é constituído a partir de uma idéia singular, que é a de que o Estado só se subordina a si mesmo, dado que não há mais nenhuma lei positiva, nem uma lei moral, natural ou mesmo divina. Nas palavras de Michel Foucault:

“O Estado só se subordina a si mesmo, busca o seu próprio bem e não tem nenhuma finalidade exterior, isto é, ele não deve desembocar em nada mais que em si mesmo. Nem a salvação do soberano, claro, nem a salvação eterna dos homens, nem nenhuma forma de consumação ou de escatologia para qual deveria tender”²³.

Para essa razão se desenvolver de forma plena, é necessário que o Estado esteja internamente e externamente assegurado e protegido. Essa regra é a que possibilitou a aquisição de um período de paz no mundo europeu durante esse período. Há uma relação direta entre o bom desenvolvimento da arte de governar e o estabelecimento de um momento de paz no Estado. Dessa forma, a razão de Estado, segundo Foucault, se associa ao *cessar guerra*. O mecanismo que promove um estado de paz externo, de um Estado com os demais, é possibilitado com a criação da tecnologia das relações *político-diplomáticas*, que fomentam acordos para a auto produção de cada Estado, e o que permite o estado de paz interna é aquilo que passa a ser chamado de *polícia*.

O *Tratado de Vestefália* é um claro exemplo para a questão da paz entre os Estados e a emergência de uma arte de governar a partir do século XVII. Esse acordo diplomático consistiu na consolidação do cessar guerra, como por exemplo: a Guerra dos Trinta Anos. Uma guerra que foi iniciada pela cisão da Igreja, em decorrência da Reforma na Alemanha. A partir do acordo de paz, os Estados católicos podiam se aliar aos protestantes, ambos podiam também utilizar exércitos de apoio do outro Estado, etc. Podemos lembrar, em associação com essa idéia, do *Tratado Hispano-Holandês*, que promoveu o fim da Guerra dos Oitenta Anos, possibilitando a independência dos Países Baixos frente à Espanha.

Todos esses acordos de paz resultaram na formação de um sistema internacional, um equilíbrio de poder e o ponto de partida daquilo que chamamos atualmente de relações internacionais. Isso permitiu um ativo intercâmbio econômico, espaço para circulação monetária, para conquista colonial e controle dos mares ao longo do século XVII e XVIII. O filósofo Kant viveu na constituição desse cenário. Seu texto *À Paz Perpétua* em muito

²³ *Ibíd.*, p.389.

nos serve para pensar sobre esses acordos aqui apresentados e a desativação das relações políticas estabelecidas apenas por laços bélicos. Marco Zingano²⁴, no prefácio²⁵ do texto, nos indica esse momento histórico:

“A Europa vivia um momento de forte mudança, ocasionado pela Revolução Francesa, que, a partir de 1789, apresentava ao mundo uma perspectiva política inovadora e altamente contagiante. O período do Terror, de 1793 a 1794, anunciava, porém, que esta nova vida política não viria sem seus próprios demônios, de um horror até então desconhecidos. É assim que, quando Kant publica, em seus anos de velhice, após a longa maturação de seu sistema crítico e tendo também já escrito sobre a história de modo menos técnico, um ensaio sobre a paz em um diapasão republicano e cosmopolita, o público culto vê aqui uma chance ímpar para pensar seu próprio tempo”²⁶.

Importava a Kant pensar o problema da organização das nações em federações, permitir ainda assim a sustentação de suas identidades e autonomias sendo elas discutidas na forma da lei, especialmente no direito internacional. A continuidade dessa troca entre os Estados resultou mais tarde na Organização das Nações Unidas.

A força do Estado deixa de se ligar frontalmente com a territorialidade espacial, suas ampliações, extensões de posses, laços matrimoniais e objetiva-se em questões internas, estratégicas, populacionais e estatísticas. Na medida em que há o estabelecimento de um estado de paz, a noção de guerra se modifica ou, pelo menos, passa a funcionar de outra maneira. Ao findar do texto Kant afirma que:

“Se há um dever, se há ao mesmo tempo uma esperança fundada de tornar efetivo o estado de um direito público, ainda que somente em uma aproximação que progride ao infinito, então a *paz perpétua*, e sucede os até aqui falsamente assim denominados *tratados de paz* (propriamente armistícios), não é uma idéia vazia, mas uma tarefa que, solucionada pouco a pouco, aproxima-se continuamente de seu fim (porque os tempos em que iguais progressos acontecem torna-se-ão, tomara, cada vez mais curtos)”²⁷.

A partir da formação destes tratados de paz a guerra é somente deflagrada quando há um rompimento com o equilíbrio das forças entre os Estados e as relações diplomáticas ficam comprometidas. Nesse sentido, Foucault, invertendo a afirmação de Clausewitz²⁸, entende que a política é a continuação da guerra por outros meios. Dessa forma, posiciona-se de modo contrário a uma série de pensamentos políticos clássicos, como o de Hobbes, no sentido de que os pactos políticos e sociais rompem o estado de guerra entre os homens. Notamos também que, com a desativação de um estado bélico freqüente, houve a

²⁴ Filósofo e professor da USP, especialista em ética.

²⁵ Versão brasileira.

²⁶ KANT, Immanuel, *À paz perpétua*. Tradução e prefácio de Marco Zingano. Porto Alegre, Editora L&PM, 2008, p.11.

²⁷ *Ibid.*, p.84.

²⁸ A guerra é a continuação da política por outros meios.

possibilidade efetiva dos Estados se prepararem de forma mais adequada e profissional para momentos de exceção, na medida em que há condições e tempo para uma preparação de soldados, de um dispositivo militar permanente, de uma carreira de armas e a profissionalização do homem de guerra.

Mesmo com essas aberturas históricas para o governo de pessoas, identificamos em outra via, alguns eventos que apontavam os entraves no caminho da formação de uma arte de governar, e estes são identificados por Foucault:

“(...) a série de grandes crises do século XVII, como a guerra dos 30 anos com suas devastações; em meados do século, as grandes sedições camponesas e urbanas; finalmente, no final do século, a crise financeira, a crise dos meios de subsistência que determinou a política das monarquias ocidentais. A arte de governar só podia se desenvolver, se pensar, multiplicar suas dimensões em períodos de expansão, e não em momentos de grandes urgências militares, políticas e econômicas, que não cessaram de assediar o século XVII”²⁹.

Outro obstáculo ao estabelecimento da arte de governar foi o que Foucault chamou de *estrutura institucional e mental*. Trata-se da hegemonia e primazia de uma soberania que exerceu poder por séculos e sedimentou uma lógica institucional e política no Estado. Combater essa estrutura, esse bloqueio, é algo bastante complexo, de forma que a arte de governar não pôde se desenvolver autonomamente. O próprio mercantilismo foi o início evidente da sanção da arte de governar no conhecimento sobre o Estado e prática política, na medida em que representou um primeiro limiar de racionalidade na arte de governar, caracterizando como um exercício do poder enquanto prática de governo, construindo um saber sobre o Estado como tática de governo.

O mercantilismo, embora aparentemente promovesse uma alternativa para a emergência de uma arte de governar, ao mesmo tempo era freado pela força do soberano. Encontramos nessa política econômica uma abertura para práticas de governo voltadas para os súditos, encontramos certa intervenção sobre suas vidas, mas não vemos ainda uma arte de governar efetivamente direcionada para a população. Tal como ressalta Pierre Deyon³⁰ o mercantilismo promoveu na Europa:

“(...) um progresso do sentimento nacional e um reforço do Estado. Todas as grandes monarquias européias do século XVI, com maior ou menor felicidade, maior ou menor continuidade, enveredaram por esta via do intervencionismo econômico. Entre os seus conselheiros, seus oficiais de finança, as preocupações relativas à balança comercial, ao desenvolvimento das manufaturas e aos

²⁹ *Microfísica do poder*, ed. cit., p.286.

³⁰ Historiador francês, especialista em história moderna com ênfase em história das prisões, educação e mercantilismo. Falecido em Paris no ano de 2002.

movimentos internacionais das espécies, se tornavam cada vez mais obsedantes”³¹.

Essa lógica era refletiva no interior de uma estrutura mental e institucional da soberania, que ao mesmo tempo lhe produzia e bloqueava. Por isso até o século XVIII o desenvolvimento da arte de governar se demonstrou bastante limitado, sobretudo pelo fato de ter a soberania como obstáculo, também em vista do mercantilismo ter sido uma ferramenta para dispor novos modelos, uma teoria renovada dentro do cenário dos princípios diretores da soberania.

Dentro dessa perspectiva, entre filósofos e juristas, vemos aparecer no final do século XVII uma re-atualização da teoria dos contratos sociais entre soberano e súditos. Esse passo foi uma matriz teórica para a formação posterior de uma efetiva arte de governar, formando uma teoria do direito público – tal como encontramos nas obras de Hobbes – até então desconhecida, inexistente. Na obra *Leviatã*, por exemplo, já em sua introdução encontramos uma nova idéia para a concepção de Estado:

“Do mesmo modo que tantas outras coisas, a natureza (a arte mediante a qual Deus fez e governa o mundo) é imitada pela arte dos homens também nisto: que lhe é possível fazer um animal artificial. (...) E a arte vai mais longe ainda, imitando aquela criatura racional, a mais excelente obra da natureza, a Homem. Porque pela arte é criado aquele grande Leviatã a que se chama Estado, ou Cidade (em latim Civitas), que não é senão um homem artificial, embora de maior estatura e força do que o homem natural, para cuja proteção e defesa foi projetado”³².

Mas verificamos ainda, dentro das formulações de governo até o século XVII, a bipolaridade entre o lado da soberania e de outro o da família. A arte de governar se desenvolve fundando-se na formação geral da soberania, inserindo o modelo familiar no modo de governar. Neste período ainda havia uma clara separação entre esses pólos e assim tornar-se-ia impossível promover uma dimensão própria da arte de governo. Uma nova pergunta que se apresenta nesse momento é: Como ocorreu o desbloqueio entre esses dois lados para que se tornasse possível a arte de governar? Em que medida o modelo da família, da economia, efetivamente se engendrou no cenário do Estado?

Michel Foucault responde com algumas hipóteses:

“Alguns processos gerais intervieram: expansão demográfica do século XVII, ligada à abundância monetária e por sua vez ao aumento da produção agrícola através dos processos circulares que os historiadores conhecem bem. Se este é o quadro geral, pode-se dizer, de modo mais preciso, que o problema do

³¹DEYON, Pierre, *O mercantilismo*, Tradução de Teresa Cristina Silveira da Mota. São Paulo, Editora Perspectiva, 1985, 2ª edição, p.17.

³²HOBBS, Thomas, *Leviatã ou matéria, forma e poder de um Estado eclesiástico e Civil*, Tradução de João Paulo Monteiro e Maria Beatriz Nizza da Silva. São Paulo, Editora Abril S. A. Cultural e Industrial, 1979, p.5.

desbloqueio da arte de governar está em conexão com a emergência do problema da população; trata-se de um processo sutil que, quando reconstituído no detalhe, mostra que a ciência do governo, a centralização da economia em outra coisa que não a família e o problema da população estão ligados”³³.

Com o quadro de desenvolvimento da ciência de governo, foi possível centralizar a economia como um problema específico de população, podendo ser pensada fora dos limites jurídicos da soberania. Encontramos assim um uso da estatística diferenciado, se comparado às práticas presentes no mercantilismo, dado que ela não mais se submete ao interior da administração monárquica, por conseguinte esse processo se torna fundamental para o desbloqueio e a emergência da arte de governar.

Os fenômenos da população permitiram a desestruturação do modelo da família, modificando o entendimento da noção de economia. Há uma tentativa, a partir desse momento, em fazer uso da estatística para compreender as regularidades internas da população, por exemplo, com o conhecimento dos índices de natalidade, mortalidade, acidentes, doenças, epidemias, curas, produzindo assim efeitos econômicos e quantitativos específicos.

O modelo econômico da família vai gradualmente desaparecendo, ou seja, com o advento da população como problema de governo, avistamos a arte de governar preocupada com a gestão da população. A família passa a ocupar um plano secundário e interno em relação à população, sendo apenas um segmento, não mais um modelo de governo. Contudo, configura-se como um segmento fundamental, por compor e difundir as propostas que valem para a população, como preceitos morais, de comportamentos sexuais, consumo, educação, higiene, demografia, campanhas relativas ao casamento, vacinação, todos os níveis de precaução com o corpo, dispositivos discursivos que saem, ao longo do século XVIII, dos mecanismos governamentais e se confirmam de forma instrumental na família.

Na medida em que a população passa a ser fonte produtiva e objetivo do governo, notamos o aumento significativo da durabilidade das vidas, das riquezas, saúde e todos os elementos que envolvem o desenvolvimento dessa nova concepção de corpo social. A população passa a ser também a centralidade daquilo que até o século XVI se compreendia por *paciência do soberano*, ou seja, organizará a racionalização e o planejamento último do governo. Esse processo demarca o nascimento efetivo de uma economia política. Ao contrário do que pode parecer, esse período, não rompe com o modelo da soberania, apenas há uma re-atualização de sua prática, de forma que o governo passa a se tornar uma ciência política.

Novamente em Rousseau, encontramos argumentações para compor essas hipóteses apresentadas. No *Discurso sobre a economia política*, analisado por Foucault, verificamos

³³ *Microfísica do poder*, ed. cit., pp.286-288.

que o filósofo contratualista associa a palavra *economia* com a gestão dos bens da família pelo pai. Mas o mesmo produz o apontamento de que não faz mais sentido sustentar esse modelo, haja vista que a economia política não pertence ao mesmo campo categorial e de ação da economia familiar, embora a segunda atue internamente na primeira. Rousseau, dessa forma, por esse artigo e pelo *Contrato Social*, procurou teorizar sobre um novo modo de governo, a arte de governar.

A soberania e a disciplina são atualizadas dentro desse novo modelo, constituindo saberes em instituições que começam a surgir nesse período, sob essa ótica governamental, tais como as escolas, prisões, exército, hospitais; internamente ao desenvolvimento de uma monarquia administrativa. Contudo, o poder disciplinar se singulariza, passa a referenciar como uma ferramenta fundamental para os sistemas de governo e gestão da população em níveis globais. Percebemos nessa trajetória, em Foucault, a relação entre o desenvolvimento do poder soberano, da soberania enquanto problema central de governo, o advento da economia, os dispositivos governamentais preocupados especificamente com a população, os objetos de intervenção do governo, que constituíram ao longo do século XVIII. Por esses meandros, Foucault propõe formular uma história da *governamentalidade*. Preocupando-se em destrinchar em suas palavras:

“1 – o conjunto constituído pelas instituições, procedimentos, análises e reflexões, cálculos e táticas que permitem exercer esta forma bastante específica e complexa de poder, que tem por alvo a população, por forma principal de saber a economia política e por instrumentos técnicos essenciais os dispositivos de segurança. 2 – a tendência que em todo o Ocidente conduziu incessantemente, durante muito tempo, à preeminência deste tipo de poder, que se pode chamar de governo, sobre todos os outros – soberania, disciplina, etc – e levou ao desenvolvimento de uma série de aparelhos específicos de governo e de um conjunto de saberes. 3 – o resultado do processo através do qual o Estado de justiça da Idade Média, que se tornou nos séculos XV e XVI Estado administrativo, foi pouco a pouco governamentalizado”³⁴.

A compreensão do que é o Estado desde então, deixa de se associar a uma realidade abstrata, de ordem divina e mística. Portanto, por essa via, vemos nascer um novo entendimento para os governos de um Estado. É exatamente esse processo que interessa a Foucault e que o mesmo chama de *governamentalização*. Processo esse que se realizou de forma plena ao longo do século XVIII, enquanto um fenômeno particular, possibilitando a formação moderna daquilo que hoje chamamos de Estado, dado que ele sobrevive dentro de táticas gerais da governamentalidade.

³⁴ *Ibíd.*, pp.286-291.

BIBLIOGRAFIA

- AQUINO, Tomás de, *Escritos Políticos*, Tradução de Francisco Benjamin de Souza Neto. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1997.
- CASTRO, Edgardo, *Vocabulário de Foucault – Um percurso pelos seus temas, conceitos e autores*, Tradução de Ingrid Muller Xavier, revisão técnica Alfredo Veiga Neto e Walter Omar Kohan. Belo Horizonte, Editora Autêntica, 2009.
- CLAUSEWITZ, Carl von, *Da Guerra*, Tradução de Maria Teresa Ramos. São Paulo, Editora Martins Fontes, 2003.
- DEYON, Pierre, *O mercantilismo*, Tradução de Teresa Cristina Silveira da Mota. São Paulo, Editora Perspectiva, 1985, 2ª edição.
- FOUCAULT, Michel, *-Microfísica do poder*, Trad. de Roberto Machado. São Paulo, Edições Graal, 2007.
- Segurança, território, população*, Trad. de Eduardo Brandão. São Paulo, Martins Fontes, 2008.
- HOBBS, Thomas, *Leviatã ou matéria, forma e poder de um Estado eclesiástico e Civil*, Tradução de João Paulo Monteiro e Maria Beatriz Nizza da Silva. São Paulo, Editora Abril S. A. Cultural e Industrial, 1979.
- MAQUIAVEL, Nicolau, *A Arte da Guerra. A vida de Castruccio Castracani. Belfagor, o Arquidiabo. O Príncipe*, Tradução de Sérgio Bath. Brasília, Editora UnB, 1982. 2ª edição.
- PORTOCARRERO, Vera, *As ciências da vida (De Canguilhem a Foucault)*. Rio de Janeiro, Editora Fiocruz, 2009.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques, *Discurso sobre a economia política e do contrato social*, Tradução de Maria Constança Peres Pissarra. Petrópolis, Editora Vozes, 1995.
- SEAMAN, L. C. B., *Do Congresso de Viena ao Tratado de Versalhes*, Tradução de Marília Zanello. São Paulo, de Editora Atlas, 1977.
- TREVELYAN, George McCaulay, *A Revolução Inglesa*, Tradução de Leda Bozacian. Brasília, Editora UnB, 1982.
- KANT, Immanuel, *À paz perpétua*, Tradução e prefácio de Marco Zingano. Porto Alegre, Editora L&PM, 2008.